



**AO SETOR COMPETENTE PARA JULGAR RECURSOS ADMINISTRATIVOS DO
CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL - COPAM.**

Ref. ao Processo Administrativo n. 446.909/17

Auto de Infração n. 022.563/2016

tempestivo

JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA, brasileiro, separado judicialmente, empresário, portador da Carteira de Identidade n. M - 3.573.473 SSP/MG, inscrito no CPF sob o n. 656.129.816-00, filho de José Pacífico de Oliveira e Durvalina Dias de Oliveira, residente e domiciliado na Av. Antônio Carlos, n. 15, bairro São Geraldo, no Município de Salinas/MG, CEP: 39.560-000, vem, mui respeitosamente, à presença de Vossas Excelências, apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO**, tempestivamente, por não se conformar, data vênia, com a r. decisão proferida pelo superintendente do **SUPRAM**, fazendo-o pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:

I - SÍNTESE DO PARECER JURÍDICO E DA R. DECISÃO

Consta do parecer jurídico que o Recorrente foi denunciado e, que, após diligência realizada pela Polícia Ambiental, foi lavrado auto de infração pela violação do código 117, anexo I, do Decreto n. 44.844/2008, sendo aplicada penalidade de multa simples.

Na análise da defesa administrativa, o Parecerista afirma que o Recorrente apresentou diversos documentos, tais como: Guia de Utilização; AAF, estando ambos vencidos; Outorga de Uso de Águas; DAIA, ambos os documentos válidos; solicitação de renovação da Guia de Utilização perante o DNPM; e, Fotografias, demonstrando as condições de paralisação do empreendimento.

Neste passo, o Parecerista afirma que tais alegações e o conjunto probatório são frágeis, pelo fato do Recorrente não poder provar que as fotos apresentadas se tratam do local da infração, por não comprovar que as atividades estejam paralisadas, e mais, por estar descrito no Boletim de Ocorrência a constatação de extração de areia com uso de draga.

SUPRAM NORTE DE MINAS

Protocolo nº R 0281420/2017

Recebido em 31/10/2017

[Assinatura]
R 0281420/2017

De mais a mais, o Parecerista descreve que o Recorrente não apresentou nenhuma prova sobre suas alegações, tanto ao informar que os Policiais Militares tiveram que adentrar na área pelas terras do vizinho, demonstrando que o empreendimento estava paralisado, ou mesmo, sobre a afirmação da contradição entre o Boletim de Ocorrência e o Auto de Infração, de que no momento da fiscalização não havia atividade no empreendimento, e, por fim, que não cabe visita técnica, haja vista que a Polícia Ambiental faz parte do Sistema Estadual do Meio Ambiente, com capacidade técnica de atestar ocorrência de infrações ambientais, dispensando a avaliação de outro órgão.

Deste modo, o Parecerista concluiu que os argumentos do Recorrente não são suficientes para gerar a anulação do Auto de Infração, opinando pela improcedência das teses e aplicação da multa, devidamente atualizada.

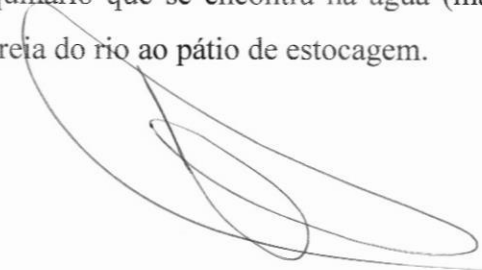
Por fim, o Superintendente apresentou sua decisão, afirmando pela procedência da decisão administrativa acerca da aplicação das sanções, tornando definitivas as penalidades de multa simples no valor de R\$16.616,27 (dezesesseis mil, seiscentos e dezesesseis reais e vinte e sete centavos), a ser atualizado, e de suspensão das atividades, até regularização perante o órgão competente.

II - DA CONTEXTUALIZAÇÃO DOS FATOS

Inicialmente deve ser descrito que o Recorrente em sua defesa alegou, em síntese, que sempre trabalhou de forma regular perante a Lei, conforme Guia de Utilização, com validade até 08/12/2014; Autorização Ambiental de Funcionamento, com vencimento em 08/12/2014; Outorga de Direito de Uso de Águas Públicas Estaduais, com vencimento em 17/02/2015; DAIA, com validade até 28/02/2017; apresentando pedido de renovação da Guia de Utilização perante o DNPM, no ano de 2014...

Estando, assim, até o fim do ano de 2014, dentro da legalidade, com licenças e autorizações ambientais sendo observadas. E mais, quando do vencimento das licenças acima descritas, as atividades do empreendimento foram paralisadas, ou seja, não há retirada de areia desde 08/12/2014.

Entrementes, o Recorrente afirma não haver realização de atividades no empreendimento, como a de extração de areia, desde então, haja vista que a quantidade de areia que se encontra no local lá continua, tanto é assim que a vegetação cresceu ao longo do Rio, como também em torno do maquinário que se encontra na água (mata ciliar) e, até mesmo, nos canos da tubulação que transportam areia do rio ao pátio de estocagem.



Neste passo, resta demonstrado até mesmo que a vegetação nas estradas de acesso ao Rio, utilizados para o tráfego de caminhões para o carregamento da areia, já se encontram regeneradas e com nenhuma marca de passagem de veículos.

Alfim, o Recorrente alega ter comprovado não ter cometido nenhum dano ambiental, como faz prova os próprios documentos juntados aos autos do processo administrativo pela Policia Ambiental, qual sejam: Boletim de Ocorrência e do Check-List das Atividades Potencialmente Poluidoras, demonstrando que o Recorrente nada fez para degradar o meio ambiente.

III - DA NULIDADE DA AUTUAÇÃO FACE ÀS REGRAS DE RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA E AO PRINCÍPIO DA CULPABILIDADE

Como se evidencia, há **contrariedade** e **erro** presentes na v. decisão, data vênua, que Vossas Excelências, melhor examinando os autos com a sensibilidade e humildade costumeiras, acabarão por perceber e declarar na via própria do presente Recurso, a fim de que seja, desde logo, reparada aquela que é uma das maiores injustiças já cometidas no âmbito do SUPRAM, redobrada vênua.

Com efeito, consta do Boletim de Ocorrência que:

"(...) o Denunciante relata que há cerca de 01 ano, ocorre a retirada de areia de forma irregular, dentro da fazenda de José Carlos, pois a draga esta retirando areia e derramando óleo dentro do Rio Salinas. No local de coordenadas [...], denominado Fazenda Barra do Caraíbas, Município de Rubelita, deparamos com extração de areia com uso de draga, sendo que no momento da fiscalização não havia atividade, ou seja, não havia homens ou máquinas trabalhando no local, a draga estava parada e com a tubulação retirada".

Já no Check-list, sobre as atividades potencialmente poluidoras, ficou descrito, em síntese, que: (...) a atividade é a de extração de areia; que NÃO há intervenção florestal e/ou intervenção em área de preservação permanente; que NÃO existe intervenção/uso de recursos hídricos; que o empreendimento NÃO foi objeto de fiscalização anterior.

Apesar de haver documentação/licenças no empreendimento, estando algumas vencidas, mas com as atividades paradas, nada foi citado no item 4.0, Regularização Ambiental.

No item 5.0, Poluição Ambiental, restou descrito que a atividade NÃO gera resíduos/efluentes; como também no item 6.0, Poluição Atmosférica, que NÃO há geração de efluentes.

No item 7.0, Poluição do Solo, constatou-se que NÃO há disposição de resíduos (líquidos ou sólidos) diretamente sobre o solo ou sobre o piso permeável.

No item 8.0, Poluição Hídrica, ficou descrito que NÃO houve lançamento de resíduos/efluentes no curso d'água; como também NÃO houve lançamento de resíduos oleosos e graxas diretamente no curso d'água; NÃO havendo lançamento, outrossim, de resíduos sólidos diretamente no curso d'água; NÃO havendo lançamento de efluentes líquidos; NÃO houve lançamento de esgoto sanitário; e, por fim, que NEM MESMO houve lançamento de produtos químicos/agrotóxicos no curso d'água.

Ademais, os itens seguintes também restaram negativos!

Deste modo, como se verifica, assenta-se o *decisum* sobre a premissa da participação do Recorrente em empreendimento que ensejou em degradação ambiental, o que possibilitaria "imputar responsabilidade pelos danos causados pelo empreendimento", uma vez que a responsabilidade pelos danos ambientais seria em tese objetiva.

Pois bem, Excelências!

A premissa em questão não é verdadeira, como evidencia a leitura atenta dos autos, principalmente do Boletim de Ocorrência e do Check-list, sobre tratar-se a responsabilidade de matéria incontroversa.

Como descrito acima, os Policiais Militares afirmam que se depararam com extração de areia com uso de draga, mas que no momento da fiscalização não havia atividade, pois não haviam havia homens ou máquinas trabalhando no local. Nesta esteira, estranhamente, se contradizem ao afirmar que se depararam com a extração de areia, mas que a draga estava parada e a tubulação retirada (?). Como podem declarar que se depararam com extração de areia sem que houvessem canos, máquinas ou pessoas trabalhando no local? Óbvio que não poderia! E não há!

Daí resulta a contrariedade do julgado, decorrente de erro na interpretação dos fatos descritos, no qual condenou o Recorrente ao fundamento de ter sido provada a sua participação no empreendimento e sua contribuição na degradação do meio ambiente, quando na verdade toda a prova dos autos, inclusive a confissão dos Policiais Militares ao descrever os fatos no Boletim de Ocorrência, como, outrossim, do Check-list, indicam a NENHUMA PARTICIPAÇÃO do Recorrente em qualquer ilícito! A questão a ser sanada, portanto, é bastante simples: se a condenação do Recorrente fundamenta-se na prova de sua participação nos fatos noticiados, é de se concluir que, inexistindo em verdade tal prova, não poderia haver condenação!

Registre-se, desde logo, que a persistir a contrariedade apontada restará consumada, quando menos perante esta instância, violação a dispositivos de Lei Federal diversos, a recomendar a tempo e modo próprios, a revisão do julgado pelo Poder Judiciário, data vênha! Até mesmo

o art. 14, do §1º, da Lei n. 6.938/81, que **RESTRINGE AO POLUIDOR** a responsabilidade objetiva de reparar danos causados ao meio ambiente, norma igualmente restritiva que deve ser interpretada restritivamente, se torna genúflexa à responsabilidade administrativa e diante da observância do princípio da culpabilidade no presente caso.

Nesse contexto, o Recorrente, com o respeito e acatamento que nutre por este egrégio órgão recursal e seus doutos integrantes, pede vênias a Vossas Excelências para opor o presente Recurso com a finalidade única de reformar a *r.* decisão administrativa, na intenção de que seja sanada a contrariedade decorrente de erro na interpretação do parecer técnico, julgando-se, assim, pela improcedência do *decisum*, declarando-se a nulidade do Auto de Infração, redobrada vênias.

Como descrito no Auto de Infração, sobre o embasamento legal e a norma violada, verifica-se que não há existência de poluição ou degradação ambiental nos fatos alinhavados e documentos juntados aos autos.

Assim, a responsabilização do Recorrente não é nenhuma, haja vista que não há quaisquer consequências em estando seu empreendimento paralisado, pois, não há como afirmar haver extração de areia apenas por ter um pouco de areia em local de estocagem. Não há uma prova nos autos sobre a retirada de areia pelo Recorrente do Rio Salinas, naquele ano, estando suas máquinas paradas, canos retirados e toda a vegetação em plena recomposição.

De mais a mais, antes de passarmos à análise da extensão da responsabilidade do Recorrente para além dos casos expressamente previstos na lei, cumpre relembrar os fatos tais como articulados nos autos e admitidos pela própria decisão recorrida, no que tange à inexistência de qualquer envolvimento do Recorrente na degradação ou poluição do meio ambiente. Assim porque, como alhures consignado, é precisamente na incontrovérsia acerca da inexistência de responsabilidade do Recorrente que residem o erro e a contrariedade da *v.* sentença recorrida, a serem declarados e reformada na via do presente Recurso.

Ora, não há mesmo controvérsia nos autos acerca da responsabilidade pelo empreendimento, pois o Recorrente não auferiu benefícios patrimoniais correspondentes e não poderia cumprir as medidas impostas e determinadas em razão das supostas irregularidades apontadas, mas que não restaram comprovadas. Em todos os documentos juntados aos autos a Polícia Ambiental reconhece que não há poluição ou degradação ambiental, ou mesmo atividade no local.

Certo é que o Recorrente nunca foi notificado por qualquer órgão ambiental, apenas restaram denúncias infundadas, sem qualquer comprovação.

Assim, construída essa premissa maior falsa, a premissa menor sobreveio arrebatadora, em avulsão, seja atribuindo a responsabilidade do Recorrente, embora simplesmente

INEXISTA qualquer ato ou atividade deste, quer subjetiva, quer objetiva, geradora de qualquer prejuízo a quem quer que seja. De fato.

De fato, tomada a responsabilidade no seu leito comum, ela é, em regra, subjetiva. A tipificação objetiva restringe-se às hipóteses previstas em Lei, dentre as quais não se enquadra nem se inclui a responsabilidade por danos ambientais.

Ora, **NÃO HÁ NOS AUTOS** qualquer referência a um só ato do Recorrente que indiciie ou mesmo presuma tenha ele exercido empreendimento após o vencimento de suas licenças, ou seja, qualquer ato poluidor! Nem se diga que os documentos juntados pela Policia Ambiental demonstram haver fatos demonstrando atividade poluidora ou de degradação ambiental, que não sejam atos jurídica e legalmente lícitos!

Em sendo assim, como é, o enquadramento do Recorrente para responder pelo que **NÃO FEZ** decorre de **ERRO** que em homenagem aos princípios constitucionais da **efetividade** e aos da segurança jurídica e o da razoabilidade, este egrégio órgão corrigirá. Para tanto, espancando o erro, concluirá que até para falar-se em responsabilidade mister se faz a **certeza** da existência de um **vínculo causal entre o fato e o dano**. Eis uma *conditio sine qua non* da responsabilidade, qualquer que seja. Essa *conditio inexistente*. Indaga-se, como se está indagando: qual **atividade** ou **exercitação** promoveu o Recorrente que tenha materializado o vínculo causal da responsabilidade de degradação ao meio ambiente? **NENHUM!**

O Recorrente não exerceu qualquer atividade daquelas descritas no Auto de Infração! Não há falar sequer em obrigação de pagar multa se não há nexos causal!¹ E o nexos causal é mesmo o requisito que mais dificuldades suscita em tema de responsabilidade, exatamente pela ocorrência de casos como o presente, em que inexistente ato, exercitação, atividade danosa que tenha sido praticada pelo Recorrente.²

Esse entendimento advém do Direito Comparado, atestando sua universalidade. É prestigiado e majoritário, quase *una voce*, na extensíssima messe acadêmica.

A própria *Lex Magna* (art. 225, §3º) tipifica "**as condutas e atividades consideradas lesivas**" como fator de responsabilização. Ainda aqui o Recorrente posta-se **ileso** pelo simples fato de não ter exercido qualquer conduta ou atividade considerada lesiva, estando o empreendimento paralisado desde o vencimento de suas licenças.

¹ GARCEZ NETO, Martinho: *Responsabilidade civil no direito comparado*. Rio de Janeiro: Renovar, 2000, p. 199-200.

² ALSINA, Jorge Bustamante: *Teoría general de la responsabilidad civil*. 9ª ed. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1997, p. 268.

Considere-se o chamado **nexo de imputação**, que é, segundo NORONHA:

"o fundamento ou a razão de ser, da atribuição da responsabilidade a uma determinada pessoa, pelos danos ocasionados ao patrimônio ou à pessoa de outra, em consequência de um determinado fato antijurídico. É o elemento que aponta o responsável, estabelecendo a ligação do fato com este"³.

Não pode haver qualquer responsabilização do Recorrente, exatamente porque não há nem nos autos, tampouco fora deles, em qualquer seara, qualquer **conduta** ou **atividade** que seja imputável a ele, real ou, mesmo, potencialmente, prejudicial ao meio ambiente.

Em termos de **prova**, colhida nos autos, não há nada que implique o Recorrente a danos. E se se dispuser ao recorrimto de **provas indiretas**, não há presunção nem indício fático de qualquer intervenção do Recorrente nos últimos anos naquele empreendimento, principalmente, há de ser dito, não há qualquer poluição ou danos ao ambiente, além de não haver atividade no empreendimento. É de rigor, pois, que examinados os autos para espancar dúvidas a respeito, apure-se a **NENHUMA** responsabilidade do Recorrente.

IV - CONCLUSÃO

Ao impulso das considerações expendidas, pugna o Recorrente pelo recebimento e acolhimento do presente Recurso para que seja sanada a contrariedade decorrente de erro apontado, o que conduzirá à natural modificação do julgado, nos termos do que acima se demonstrou, julgando improcedente à decisão administrativa, como, outrossim, a nulidade do Auto de Infração, data vênua.

Pede Deferimento.

De Salinas para Montes Claros, 26 de outubro de 2017.

JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA

p/p MARCUS VINICIUS LADEIA

OAB/MG 125.246

³ NORONHA, Fernando: *Direito das Obrigações: fundamento do direito das obrigações - introdução à responsabilidade civil*. São Paulo: Saraiva, 2003, vol. I, p. 472.